

## COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E LÍNGUAS INDÍGENAS NO BOLETIM INFORMATIVO WAYURI COMMUNICATION, CITIZENSHIP AND INDIGENOUS LANGUAGES IN WAYURI INFORMATIVE REPORT

Lilian Reichert Coelho<sup>1</sup>

### RESUMO

Neste texto, abordamos o *Boletim Wayuri*, da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro – Wayuri (2017-), na perspectiva da etnocomunicação indígena digital (Barbosa, 2019) e cidadã, defendendo que se trata de uma experiência contemporânea bem-sucedida de comunicação alternativa. O boletim configura-se como produto jornalístico informativo, no entanto, apresenta traços que permitem entendê-lo como experiência e prática ampliadas em relação ao jornalismo convencional (Renata Tupinambá, 2016), na perspectiva da etnomídia (Tupinambá, 2016; Kaseker; Ribeiro, 2018; Santi; Araújo, 2022) e da cidadania comunicativa (Costa Filho, 2021). A partir de Maldonado, Carneiro e Anápuáka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe (2021), entendemos que a Rede *Wayuri* e seu boletim se inscrevem em um cenário alternativo orientado por uma “ambiência etnomidiática indígena brasileira” potente, que inclui na disputa comunicacional lógicas minoritárias e suas diversidades, tanto pelo foco especializado das pautas quanto pela presença de línguas e outros elementos culturais indígenas do território do Rio Negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania comunicativa. Etnomídia. Comunicação alternativa. Línguas indígenas. Rio Negro - Amazônia.

### ABSTRACT

In this text, we address attention to the Wayuri Report, released by the Rio Negro Indigenous Communicators Network – Wayuri (2017-) from the perspective of digital indigenous (Barbosa, 2019) and citizen ethnocommunication, arguing that it is a successful contemporary experience of alternative communication. The Report can be seen as an informative journalistic production, however, it highlights features that allows us to understand it as an experience and practice expanded in relation to conventional journalism (Renata TUPINAMBÁ, 2016) from the perspective of ethnomedia (Renata Tupinambá, 2016; Kaseker; Ribeiro, 2018; Santi; Araújo, 2022) and practiced communicative citizenship (Costa Filho, 2021). Based on Maldonado, Carneiro and Anápuáka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe (2021), we understand that the Wayuri Network and its Report are part of an alternative scenario strengthened by a powerful “Brazilian indigenous ethnomedia ambience”, which includes minority logic and their diversities in the communication disputes, both due to specialized focus of the agendas and the languages and other indigenous cultural elements of the Rio Negro’s territory.

**KEYWORDS:** Communicative citizenship. Ethnomedia. Alternative communication. Indigenous languages. Rio Negro - Amazonia.

Na nossa região, a gente sempre faz muitos mutirões – capinar, fazer canoa. Esse trabalho coletivo a gente chama, em nheengatu [Língua Geral amazônica], de *wayuri*. Então, a gente escolheu esse nome porque precisava fazer, juntos, com que a comunicação chegasse nessas

<sup>1</sup> Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), [lilireichert@gmail.com](mailto:lilireichert@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0002-8461-0919>.

comunidades (Elizângela da Silva<sup>2</sup>, povo Baré, comunicadora indígena, em entrevista a Lledó<sup>3</sup>, 2023)

## Introdução<sup>4</sup>

Após um processo de *impeachment* (maio de 2016) que gerou perdas de direitos para a população e mais perigos para os povos indígenas, um governo de extrema direita (2019-2022) que prometeu “não demarcar um centímetro a mais de Terra Indígena”, uma pandemia e uma tentativa frustrada de golpe (8 de janeiro de 2023)<sup>5</sup>, com o novo governo, iniciado em 1º de janeiro de 2023, o Brasil passou a acenar para a instauração de um diálogo com os povos originários. Ainda que muitas vezes contraditório e ambíguo, foi o governo atual de Luiz Inácio Lula da Silva que criou, pelo Decreto n. 11.355, de 1º de janeiro de 2023, o Ministério dos Povos Indígenas, comandado pela ministra indígena Sônia Guajajara<sup>6</sup>, demonstrando atenção a pautas que atravessam os interesses das populações originárias brasileiras.

Em que pesem ações positivas, instaurações ou retomadas de institucionalidades e mecanismos de governança afinados às reivindicações dos povos indígenas, como o Conselho Nacional de Política Indigenista (Decreto n. 11.509, de 28 de abril de 2023), pautas basilares continuam em disputas desiguais. Uma das mais importantes é a da demarcação das Terras Indígenas. Contrapontos anticonstitucionais sustentados pelo agronegócio e pela especulação imobiliária movimentados por forças reacionárias anti-indígenas demonstraram seu poder ao conseguirem barrar vetos presidenciais no texto final da Lei n. 14.701, de 20 de outubro de 2023, conhecida como Lei do Marco Temporal

---

<sup>2</sup> Elizângela Baré “[...] até 2021 participou integralmente da Rede Wayuri, na qual segue como colaboradora, e desde 2022, é locutora do programa [Rádio Sumaúma](#). Essa via de mão dupla, aliás, é o que a cientista social e comunicadora, que hoje cursa o mestrado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), acredita ser essencial para a mobilização da sociedade nas causas indígenas.” (Lledó, 2023, s/p).

<sup>3</sup> Acesso à íntegra do texto “Comunicadores indígenas criam e ocupam canais de notícias”: <https://www.sescsp.org.br/midias-indigenas-diferentes-etnias-criam-e-ocupam-espacos-nos-meios-de-comunicacao/> Acesso em: 11 maio 2024.

<sup>4</sup> Agradeço aos/às pareceristas pelo trabalho minucioso, crítico e generoso.

<sup>5</sup> A Procuradoria Geral da União apresentou aproximadamente 1,4 mil denúncias de atos antidemocráticos relacionados às ações de preparação, realização e financiamento da tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos Três Poderes (Palácio do Planalto, Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal), em Brasília. Até 10 de maio de 2024, 216 pessoas foram sentenciadas por variados crimes como associação criminosa armada (art. 288, *caput*, Código Penal), incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (art. 286, parágrafo único, Código Penal), abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado, dentre outros considerados menos graves. Além de prisões, as sentenças incluem medidas diversas, como pagamento de indenizações e prestação de serviços à comunidade, por meio de Ações de Não Persecução Penal (ANPP), acatadas pelo Ministro do STF relator dos processos, Alexandre de Moraes. Fontes: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-05/supremo-condena-mais-10-pessoas-pelos-atos-do-dia-8-de-janeiro> e <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-denuncia-mais-150-pessoas-por-participacao-nos-atos-antidemocraticos-de-8-de-janeiro-em-brasilia> Acesso em: 11 maio 2024.

<sup>6</sup> Composição do Ministério dos Povos Indígenas: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem> Acesso em: 11 maio 2024.

das Terras Indígenas<sup>7</sup>.

O direito fundamental à terra, aos territórios ancestrais dos povos originários, é garantido pelo Art. 231 da Constituição Federal de 1988 (Lopes; Mattos, 2006), amparado pela “teoria do indigenato”, que não estabelece marco temporal algum (Leão; Siqueira, 2022). O *caput* do artigo também se refere a outros direitos dos povos indígenas, como o fortalecimento das identidades étnicas, culturais e das línguas (lembradas no Art. 210), pauta da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) das Nações Unidas.

Mesmo com o acirramento de perseguições, assassinatos e retrocessos ao que preconiza a CF-88 e a vitória da bancada ruralista e outras forças retrógradas e racistas em aliança contra a demarcação das terras indígenas, algumas conquistas também são alcançadas, mais no plano simbólico que no material. No dia 19 de julho de 2023, em esforço conjunto dos povos indígenas<sup>8</sup>, do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, foi lançada a Constituição Federal de 1988 transposta para Nheengatu, primeira tradução oficial e integral do documento para uma língua indígena. O evento ocorreu no município de São Gabriel da Cachoeira/AM, considerado o mais indígena do Brasil e onde está sediada a Rede de Comunicadores Indígenas no Rio Negro – *Wayuri*, aqui em estudo.

Num contexto de garantia constitucional mas, na prática, de ausência de políticas públicas específicas, observa-se que a diversidade linguística do Brasil continua hierarquizada violentamente por razões historicamente reproduzidas. Às línguas indígenas é reservado o lugar de “línguas de cultura” (Guimarães, 2003), sobre as quais ainda se impõe o discurso da “extinção”, da “perda” irrevogável (Costa, 2014). Contra tudo isso, Costa (idem, p. 60) alerta para possibilidades diversas e concretas de insurgências, ao defender que “Política linguística não se restringe a movimentos vindos do Estado. As políticas locais, das comunidades e até individuais podem proporcionar mudanças significativas para as línguas”.

Algumas iniciativas políticas com origem nas bases do movimento indígena podem ser apontadas como o “trabalho independente de jovens, professores e lideranças Pataxó” na revitalização da língua *Patxohã*, associada à retomada das terras<sup>9</sup>, em processo nas Terras Indígenas Pataxó Coroa

<sup>7</sup> O histórico dessa lei remonta ao Projeto de Lei n. 490/2007, apresentada por Homero Pereira (PR-MT) à Câmara dos Deputados. No Senado, torna-se o PL n. 2903/2023, com relatoria de Marcos Rogério (PL-RO). “O marco temporal há havia sido julgado como inconstitucional pelo STF, mas o Congresso Nacional aprovou uma nova Lei reinserindo o tema na legislação, além das alterações no rito dos processos de demarcação. Lula vetou trechos do Projeto de Lei, mas o Legislativo derrubou a maioria dos vetos, no fim de 2023, inclusive com apoio de aliados do governo como o próprio Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, que se licenciou do cargo para ir contra o veto presidencial.” (Soares, 2024) Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/por-que-demarcacao-de-terras-indigenas-nao-avanca-entenda>. Acesso em: 12 maio 2024.

<sup>8</sup> O trabalho de tradução foi realizado por líderes indígenas, como Dadá Baniwa, Edson Baré, Edilson Martins Baniwa, Melvino Fontes Olímpio, Sidinha Gonçalves Tomas, Dime Pompilho Liberato, Gedeão Arapyú, Frank Bitencourt Fontes, Francisco Cirineu Martins, George Borari, Cauã Borari, entre outros, que foram fundamentais para a concretização desse marco histórico. (ACS/Funai, 2023). Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-participa-do-lancamento-historico-da-constituicao-federal-na-lingua-indigena-nheengatu> Acesso em: 11 maio 2024.

<sup>9</sup> Empréstimo a definição de Vera Lúcia da Silva (2021, p. 38), em sua tese de doutorado, que a utiliza “[...] a partir da palavra indígena de Edson Kayapó, compartilhada em seu perfil no Facebook em 17 de outubro de 2020: “Retomada de

Comunicação, cidadania e línguas indígenas no boletim informativo Wayuri

Vermelha e Comexatibá, no Sul da Bahia, a partir de estudos que envolvem a memória dos mais velhos e das mais velhas, dados e informações angariadas em outras aldeias e em documentações. (Bomfim, 2017; Silva, 2021). Bomfim (2017, p. 308) enfatiza que “[...] no processo de retomada, a língua vai voltando aos poucos, graças à memória de antigas práticas comunicativas vivenciadas”. É evidente que projetos como esse podem ser fortalecidos se transformados em políticas públicas e institucionalidades participativas.

Importa ressaltar que a vida, a atualização e a revitalização das línguas indígenas constituem elemento fundamental para a resistência e (re)existência das identidades e dos modos de vida de comunidades indígenas. Central na comunicação, em conjunto com outras práticas, a língua tem papel decisivo na percepção, construção e no compartilhamento de modos tradicionais e específicos de ser e de agir no mundo. É por isso que grupos de comunicadores/as populares indígenas têm reivindicado a cidadania de seus povos também pela apropriação dos meios de comunicação e das redes sociais digitais. Desse modo, provocam a disputa das línguas indígenas como dispositivos do político (Rancière, 2012), produzindo desestabilizações nos enquadramentos institucionais (Butler, 2015) e midiáticos convencionais e no lugar subalternizado que as forças hegemônicas impõem aos sujeitos indígenas.

São diversas as formas de atuação indígena na comunicação, algumas longevas, como: *Jornal Porantim*, criado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em 1979, na ditadura civil-militar, ainda em produção e circulação, tendo publicado sua 462ª edição em janeiro-fevereiro de 2024; *Programa de Índio* (1985-1991), de Ailton Krenak, Álvaro Tukano e Biraci Yawanawá, na Rádio USP, que teve mais de 200 edições; Projeto *Video nas Aldeias* (1986); *Índios Online* (2007); *Rádio Yandê*, primeira rádio online indígena (2013), hoje expandida para outras plataformas como Grupo de Comunicação; *Mídia Índia* - a voz dos povos, criada em 2017 pelo jornalista e ativista Guajajara Erisvan Bone, da Terra Indígena Araribóia/MA; Associação Cultural de Realizadores Indígenas (Ascuri), no Mato Grosso do Sul; *Janeraka* – canal de podcasts<sup>10</sup> do povo Awaeté-Asurini (2020); *Podcast Papo de Parente*; *Rede Wayuri* de Comunicadores Indígenas do Rio Negro (2017); *TV Pataxó*, entre outras. Há, também, movimentações variadas no cinema, na música e nas artes.

Universidades públicas também se destacam por iniciativas de inclusão dos povos e das línguas indígenas, particularmente a partir de políticas de ações afirmativas, com cotas, bolsas, programas de ingresso (com processos seletivos específicos) e de permanência, além de projetos de extensão. Algumas instituições oferecem cursos exclusivamente para as populações indígenas

---

terras é o nome que damos ao movimento de auto-demarcação dos nossos territórios originários, espaços cosmogônicos de produção de vida. Invasão é o que os colonizadores fizeram em 1500 e continuaram fazendo nos séculos posteriores, expropriando nossos territórios”. Além do uso relacionado diretamente à questão da terra, os indígenas o utilizam ainda para fazer referência aos “processos de revitalização, fortalecimento, pesquisa e (re)invenção engendrados nos campos da cultura e da identidade.”

<sup>10</sup> Silva *et. al.* (2022, p. 65-66) definem: “O *podcasting* é um formato sonoro que permite uma produção descentralizada e que se tornou acessível aos diversos segmentos sociais em função do aprimoramento tecnológico, além de representar uma vivência auditiva e estética nova, diferente da escuta radiofônica (Assis, 2012).”

de seus territórios, em confluência de interesses e posicionamento político, como as Licenciaturas Interculturais Indígenas, o Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena da UFRR, os cursos de licenciatura, pedagogia e enfermagem da Faculdade Indígena Intercultural da Unemat e os da Faculdade Indígena Intercultural da UFGD.

Embora relevantes, tais iniciativas em ambientes universitários são ainda insuficientes no sentido da reparação histórica e da justiça social e enfrentam desafios internos às instituições e também externos, com o Estado e setores anti-indígenas da sociedade. Aline Ngrenhtabare Kaxiriana Lopes Kayapó, Edson Bepkro Kayapó e Flávio de Leão Bastos Pereira (2022) apontam que, apesar de alguns avanços e de “boas intenções”, ainda há equívocos a serem superados na implementação e na consolidação das políticas de ações afirmativas nas universidades.

Exemplos diretamente ligados à comunicação são o Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica, da Comissão Universidade para os Índios (Cuia) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que, desde 2014, produz vídeos autobiográficos de ingressantes <sup>11</sup>com o objetivo de “refletir sobre a identidade étnico-comunitária indígena a partir da utilização do audiovisual” (Ribeiro; Kaseker, 2019) e a Rádio Ufscar, que iniciou, em 2017, o Programa *Voz Indígena* (Lozovei, 2021), com 166 edições até abril de 2024<sup>12</sup>.

Em relação ao recorte deste texto, restrito a ações de comunicação indígena, seguimos com Maldonado, Carneiro e Anápuáka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe (2021, p. 11), ao reconhecerem “a presença de uma ambiência etnomidiática indígena brasileira composta por redes comunicacionais multidimensionais”. A atuação corporificada e protagonista de sujeitos indígenas na comunicação, por meio da autorrepresentação (Kaseker; Galassi; Ribeiro, 2022, p. 64), é conhecida como etnomídia<sup>13</sup>. Suas experiências buscam fortalecimento e visibilidade às pautas pela ampliação de atividades, ultrapassando a criação de um veículo ou produto em favor da articulação em rede<sup>14</sup>. Iniciativa desse porte é a Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro (RCIRN), a *Wayuri*, com sede em São Gabriel da Cachoeira, extremo noroeste do Estado do Amazonas, que tem participação 80 comunicadores/

<sup>11</sup> <https://www.youtube.com/@CuiaUel> Acesso em: 11 maio 2024.

<sup>12</sup> <http://radio.ufscar.br/vPodcast/voz-indigena> Acesso em 11 de maio de 2024.

<sup>13</sup> Souza e Costa (2021, p. 440) pontuam, a partir de Renata Machado (2018), que “[...] o termo etnomídia surge em 1997 com o grupo de pesquisa “Etnomídia – Pesquisa em mídia e etnicidades” [criado em 1998, tem coordenação dos professores Fernando Costa da Conceição e Paul Dennis Etienne Regnier], da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), para debater os impactos midiáticos sobre os grupos étnicos. Mas ganha força pela perspectiva indígena quando o comunicador Anápuáka Muniz Tupinambá, ao perceber que poderia produzir informações através de diferentes ferramentas comunicacionais, ou seja, narrativas desconstruídas dos processos mercadológicos da comunicação, cria, em 2007, o Web Brasil Indígena.” Anápuáka Muniz Tupinambá é também um dos fundadores, coordenadores e representantes da Rádio Yandê: <https://radioyande.com/>

<sup>14</sup> Vale registrar a existência anterior de várias formas de comunicação entre as populações indígenas rionegrinas, como destaca matéria publicada no *site* do ISA: “Não há nenhuma novidade no uso de ferramentas de comunicação nas aldeias e comunidades tradicionais. A jovem liderança Kayapó Maia Paiakan conta que na década de 1980, o rádio, entre outros meios, foi um grande aliado na luta contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, na época conhecida como ‘Kararaô’, e nos debates sobre a Constituinte.” (Martins, 2020).

Comunicação, cidadania e línguas indígenas no boletim informativo Wayuri

as de 10 etnias: Baré, Baniwa, Desano, Tariano, Tuyuka, Tukano, Wanano, Yanomami, Piratapuaia e Hup'dah (Tavares, 2023).

Pioneira no combate à desinformação na Amazônia brasileira, a Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas do Rio Negro (@rede.wayuri) recebeu o Prêmio Estado de Direito 2022, do World Justice Project (WJP), na cidade de Haia, na Holanda, em maio. [...] No começo, eram 17 comunicadores de oito etnias – Baré, Baniwa, Desana, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanano e Yanomami – que produziam boletins em áudio para levar informações sobre os territórios indígenas do Rio Negro para suas 750 comunidades. (Lledó, 2023)

De acordo com o *site Terras Indígenas no Brasil*, em matéria de 7 de abril de 2022, as comunidades indígenas desse território estão articuladas em mais de 90 associações de base que compõem a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), organização não-governamental sem fins lucrativos fundada em 1987, cuja sede localiza-se em São Gabriel da Cachoeira (AM), município que tem 93,17% de indígenas em sua configuração populacional (IBGE - Censo 2022). Conforme o *site* da instituição<sup>15</sup>, a entidade “representa 23 povos indígenas do Rio Negro, numa área que abrange os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.” Seu escopo de atuação está na articulação de “ações em defesa dos direitos e do desenvolvimento sustentável de 750 comunidades indígenas na região mais preservada da Amazônia, na tríplice fronteira com Venezuela e Colômbia.” O *blog* da Foirn informa que a instituição é composta por povos “dos troncos lingüísticos Aruak, Tukano, Nadahup e Yanomami, 18 língua faladas”.<sup>16</sup>

Como um dos frutos das lutas dos povos indígenas e de suas movimentações políticas, em 2023, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas aprovou a Lei n. 6.303, de 19 de julho<sup>17</sup>, que “dispõe sobre o reconhecimento das línguas indígenas faladas no Estado do Amazonas como patrimônio cultural imaterial, estabelece a cooficialização de línguas indígenas e institui a Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas do Estado do Amazonas.” Nos incisos do Art. 2º, estão enumeradas as línguas indígenas cooficializadas: Apurinã, Baniwa, Desána, Kanamari, Marubo, Matis, Matsés, Mawé, Múra, Nheengatu (Língua Geral Amazônica), Tariána, Tikuna, Tukano, Waiwái, Waimirí, Yanomami.

Tomando a experiência de comunicação popular e alternativa da RCIRN *Wayuri* como objeto de estudo, neste texto, interessa interrogar os modos como o *Boletim Wayuri* pratica o midiativismo (Peruzzo, 2018) pela comunicação digital midiática (Ramalho; Maia; Gradim, 2021), na dimensão da cidadania comunicativa exercida (Costa Filho, 2021). A hipótese é a de que parte significativa da cidadania comunicativa reivindicada e praticada pelo coletivo de comunicadores/as ocorre por meio da seleção e orientação política altamente segmentada das pautas e também pela inclusão de diferentes línguas indígenas, por pessoas de diferentes povos, nos boletins informativos em áudio da Rede.

<sup>15</sup> <https://foirn.org.br>

<sup>16</sup> Fonte: <https://foirn.blog/2024/04/30/a-foirn-completa-37-anos-de-organizacao-resistencia-e-de-existencia-em-2024/> Acesso em: 13 maio 2024.

<sup>17</sup> Íntegra do texto da lei disponível em: [https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario\\_am/12/2023/7/9853?modo=lista](https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2023/7/9853?modo=lista) Acesso em: 13 maio 2024.

O olhar lançado ao boletim observou as temáticas das pautas e os modos como diferentes línguas indígenas do território amazônico Rio Negro são acionadas e, conseqüentemente, valorizadas. Apesar de partir de acompanhamento sistemático das edições do boletim, já que a pesquisa faz parte de um projeto mais amplo<sup>18</sup>, não constitui objetivo deste texto apresentar análise dos conteúdos programa a programa nem estabelecer recorte metodológico para seleção de uma amostra, tendo sido o traçado orientado por uma pesquisa exploratória (Bonin, 2008) em processo. Tal modo de caminhar permitiu reconhecer linhas gerais sobre a existência do boletim como forma de resistência política e exercício da cidadania comunicativa não apenas pelas pautas e abordagens, mas também pela atenção constante à interação dialógica num contexto de adversidades e tensões e pelo jogo estratégico com as diversidades étnicas, culturais e linguísticas convergentes no produto comunicacional em favor das reivindicações coletivas.

## 1. Direito à Comunicação, cidadania comunicativa e tecnologia

No campo dos estudos sobre cidadania, um dos teóricos que compreendeu a necessidade e propôs a revisão do conceito moderno (europeu) no contexto do pós-Segunda Guerra foi Thomas Marshall, que publicou, em 1949, o ensaio hoje clássico *Cidadania, Classe Social e Status*. O sociólogo britânico explicava que “A cidadania é um status concedido [pelo Estado] àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (Marshall, 1967, p. 76). Foi ele que sugeriu a tipificação das noções de cidadania em três dimensões: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, “universalizados, respectivamente, nos séculos XVIII, XIX e XX.” (Silva, 2015, p. 153). Para Honneth (2003, p. 191), o fundamento dessa tripartição é a luta por igualdade: “[...] a imposição de cada nova classe de direitos fundamentais foi sempre forçada historicamente com argumentos referidos de maneira implícita à exigência de ser membro com igual valor da comunidade política.” Vera Regina Pereira de Andrade pondera sobre avanços e retrocessos na conquista efetiva da cidadania na sociedade capitalista:

O processo histórico de institucionalização dos direitos e que permeia a cidadania é marcado, segundo Andrade, por uma profunda ambigüidade, consubstanciada pelos seus potenciais transformadores (emancipatórios) e conservadores (legitimadores, reguladores), porquanto se condensam as necessidades estruturais da lógica de funcionamento e reprodução do capitalismo e a história de luta dos sujeitos sociais. (Silva, 2015, p. 165)

O professor José Murilo de Carvalho, falecido em 13 de agosto de 2023, a quem agradeço pelo legado científico atinente à cidadania na sociedade brasileira, criou o termo “estadania” (2001) para se referir ao modo como a cidadania se construiu no país: como aporia, impedida de realização devido à prevalência das relações de clientelismo com o Estado. O Brasil carece ainda de “nova mudança do pacto social para a inclusão da dimensão plural da cidadania” (Silva, 2015, p. 168).

<sup>18</sup> Este texto deriva das atividades de um projeto financiado pelo Edital CNPq/MCTI/FNDCT n. 18/2021 (Processo n. 422815/2021-7), que desenvolvo em coordenação compartilhada com as pesquisadoras Daniela Matos e Jussara Maia, da UFRB, sob o COMUM – Grupo de Pesquisa e Extensão em Comunicação, Mídia e Narrativas de Mudança Cultural, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRB).

Comunicação, cidadania e línguas indígenas no boletim informativo Wayuri

Trazer uma referência como esta é importante pelo fato de se considerar a história, a cultura e a realidade brasileiras em suas especificidades, notadamente, o passado colonial e de escravização de pessoas: “A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado.” (Carvalho, 2001, p. 45). Em relação aos povos originários, o genocídio e o epistemicídio configuram-se como marcas da colonização que se perpetuam por estratégias racistas do Estado e de segmentos elitistas da sociedade brasileira.

A respeito da comunicação, também entendida como direito, Venício Lima (2011) retoma Marshall para explicar que

O direito à comunicação perpassa essas três dimensões, constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil – liberdade individual de expressão; em direito político – através do direito à informação; e em direito social – através do direito a uma política pública garantidora do acesso do cidadão às diferentes formas de comunicação mediadas tecnologicamente.

Além dessas dimensões, o autor defende, num texto inequívoco, a partir de um diálogo com Paulo Freire<sup>19</sup>, “[...] a consolidação e a positivação do direito à comunicação como um direito humano fundamental [que] é para onde convergem hoje as esperanças de uma sociedade na qual todos possam exercer sua liberdade de expressão e participar democraticamente do debate público.” (Lima, 2011). Participar do debate público em igualdade de condições numa sociedade estruturalmente desigual como a brasileira, com alta concentração da mídia em pequenos, mas poderosos grupos dominantes, envolve disputar o espaço público, no sentido da inscrição de sujeitos políticos que, na qualidade de recém-chegados, perturbam a ordem consensual e reclamam sua negada voz, instaurando lógicas não previstas na reivindicação de igualdade pelos “sem-parte” (Rancière, 2010) na cidadania nesse mesmo espaço público.

Na argumentação aqui proposta entendemos que, ao dar visibilidade a diferentes línguas indígenas nos boletins informativos (embora não ocorra em todas as edições), a Rede *Wayuri* desloca o lugar subalterno que a ordem social impõe aos povos originários do Rio Negro. Nos boletins predomina a língua portuguesa, com trechos em línguas indígenas diversas, geralmente iniciativas de entrevistados/as de se comunicar em sua própria língua e/ou de correspondentes da RCIRN nas localidades. Nesses casos, os trechos não costumam ser traduzidos. Em situações como a divulgação ou a cobertura de formações, é mais comum ter as falas em língua indígena traduzidas para o português. Na mídia convencional, as representações dos povos indígenas e o lugar das línguas indígenas são propositalmente homogeneizados, descaracterizados em sua complexidade e heterogeneidade. Isso ocorre por meio da reprodução de uma “indianidade genérica” (Maldonado; Araújo, 2023, p. 47) que desconsidera a diversidade. É contra isso que se insurge a etnomídia indígena, como lembra Quintero ao refletir sobre comunicação audiovisual:

<sup>19</sup> Sobre as contribuições de Paulo Freire ao campo da Comunicação, indico a leitura de seu livro *Extensão ou Comunicação?* (1969) e do texto de Venício Lima “Comunicação Libertadora no século XXI”, cuja referência completa está no final deste texto.



A história da comunicação indígena [na América Latina] [...] é uma história de descolonização da imagem, da linguagem audiovisual e dos processos em si. A tarefa direta ou indiretamente é, de forma paulatina, dar fim ao regime de dominação audiovisual imposto pela colonização, que se moldou forçadamente com olhares, vozes e perspectivas unilaterais, e hoje, esses relatos estão sendo desconstruídos pelos próprios sujeitos representados. Essa história veio da mão de processos de conquistas de direitos e do espaço comunicacional que foram e seguem sendo realizados de forma gradual, com episódios baseados em lutas populares, em resistência para a manutenção dos mesmos e em resiliência diante das adversidades para evitar retrocessos. (Quintero, 2021, p. 2)

No campo dos estudos comunicacionais latino-americanos, práticas populares, comunitárias e alternativas são estudadas por vertentes científicas não hegemônicas que emergiram contra a importação de lógicas de comunicação de países do hemisfério Norte e da consciência das consequências da colonização, com a reprodução de violências, desigualdades e injustiças, acentuadas por golpes e ditaduras. Desse contexto de múltiplas e perenes violências afloraram tanto lutas de movimentos sociais e reivindicações de segmentos populares quanto estudos orientados para compreensões e práticas horizontalizadas de comunicação. Como nota Dornelles (2007, p. 2), ao reconhecer a importância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), “Na estrutura anterior aos anos 1960, as classes populares eram vistas como uma grande massa sem voz nem forma.”

Foi nesse momento histórico que emergiram termos como comunicação popular, comunitária, alternativa, independente, entre outras, que, muitas vezes, até hoje, são tomadas de modo simplificador como sinônimas (Miani, 2011). Dornelles (2007) percorre diferentes autores em ponderações sobre as “divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária”, destacando a relevância de referências latino-americanas. Paulo Freire é uma das maiores, em sua defesa de uma comunicação relacional, dialógica, participativa, crítica, transformadora. Embora nem sempre reconhecido ou profundamente estudado na área de Comunicação, Paulo Freire (Lima, 2021), com outros/as autores/as<sup>20</sup>, constitui as bases do chamado “pensamento latino-americano” em comunicação, cuja ênfase recai, grosso modo, sobre o processo em sua dialogicidade e não na linearidade ou nos efeitos de uma comunicação vertical e unilateral (Gushiken, 2006).

Nessa perspectiva, passou-se a reivindicar tanto a representação dos diversos grupos subalternizados na mídia comercial, quanto o direito à liberdade de expressão por todos/as (respeitando-se os limites democráticos), a apropriação dos meios de comunicação, a elaboração de conteúdos pelos próprios sujeitos e a democratização dos meios, entre outras pautas (cf. Peruzzo, 2018). Para tanto, é necessário que esses grupos subalternizados tomem consciência de questões comuns, se organizem e exerçam as garantias do direito à comunicação (Costa Filho, 2020; Peruzzo, 2018) em torno de um pacto (não sem conflitos) sobre pautas coletivas. Na esfera dos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil e na América Latina, Ilse Scherer-Warren (2008, p. 507) identifica a relevância da atuação em rede, argumentando que

<sup>20</sup> Referências importantes no contexto latino-americano são Mario Kaplún, Juan Díaz Bordenave, Horácio Martins de Carvalho, Luis Ramiro Beltrán, dentre outras.

Comunicação, cidadania e línguas indígenas no boletim informativo Wayuri

[...] para se entender o potencial de formação de redes de movimentos, é necessário buscar os nexos que os atores políticos organizados constroem entre as demandas materiais ou as privações no cotidiano e o sentido subjetivo dessas privações, traduzindo esses nexos em formas expressivas, comunicativas e em pautas políticas comuns a várias organizações, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimentos sociais.

Nesse momento, a autora refletia sobre experiências como a Via Campesina, a Marcha Mundial das Mulheres e outras redes latino-americanas ou mesmo mundiais. No entanto, também assinala a constituição de redes mais específicas, no sentido de articulações voltadas para a “[...] construção de identidades coletivas mais restritas, frequentemente na luta por direitos humanos setorizados.” (Scherer-Warren, 2008, p. 515). É nesta vertente que se situa a Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro - *Wayuri*. A preocupação com sentidos e esforços coletivos e com a construção de uma “agenda política consensual” manifesta-se desde o início da publicação do boletim, como sublinha Monteiro (2022, p. 16), que reproduz um trecho de um dos editoriais, de autoria de Gersem Baniwa:

A questão que se coloca é se as Organizações e os próprios índios que as fazem querem apenas agir no sentido simples de resistência diante da Sociedade etnocêntrica e discriminatória ou têm para si um horizonte próprio a ser construído (...) O movimento indígena precisa urgentemente rever seus princípios, seus objetivos e procurar enxergar com nitidez suas perspectivas. De outra forma não será possível pensar em nenhum projeto futuro para os povos indígenas, que não seja sua própria integração e extinção (*Wayuri*, nº 26, 1994).

Décadas depois e mesmo circunscrevendo sua atuação a indígenas de um território específico acredito, como referem Maldonado e Araújo sobre o Movimento dos Povos Indígenas, que a rede pode “[...] utilizar, em suas práticas comunicativas, processos identitários (de reconhecimento e identificação) – para acionar uma indianidade genérica [a seu favor], como forma de autoafirmar o pertencimento dos povos/sujeitos étnicos a um grupo multiétnico que compartilha um projeto político comum.” (2023, p. 54). Assumindo-se a comunicação como direito humano, há que se reconhecer a importância da cidadania comunicativa na sua capacidade de “[...] institui[r] novos arranjos, configurações e estruturações nos modos e formas de existência, os quais procuram superar as adversidades estruturais vigentes.” (Maldonado, 2022, p. 11).

Num contexto de tantos desafios para os povos originários e tradicionais e populações periféricas como o brasileiro, as plataformas e mídias sociais despontam como possibilidades para o exercício da cidadania comunicativa, o ativismo político e a expressão de identidades subalternizadas, pelo relativo baixo custo e facilidade de aquisição dos conhecimentos técnicos necessários para manejo dos dispositivos. Isso ocorre não sem dificuldades, como pontuam Zenha, Grando e Silva (2022, p. 50):

[...] o acesso às tecnologias e às formas de seus usos no cotidiano como comunicação, transmissão e produção de conteúdos diversos, varia de povo e de aldeia, pois não seguem um único princípio e são resultantes também de dinâmicas próprias de cada etnia e de decisão política local. Essa diversidade de uso e apropriação implica, também, nas possibilidades compreendidas por políticas públicas, mas também pela ausência delas.

Sobre tecnologia e comunicação, vale também lembrar o controle e a vigilância praticadas pelas grandes corporações proprietárias das plataformas, devido aos algoritmos e Big Data (Peruzzo, 2018, p. 57). De qualquer modo, se apropriados estrategicamente por movimentos sociais progressistas com vistas à ampliação da cidadania, podem constituir-se como “formas de ativismo político-comunicacional visando transformar a realidade opressora [...]” (Peruzzo, 2018, p. 53). Ao considerar as potencialidades criativas da comunicação digital em favor da cidadania, Maldonado (2022, p. 10) analisa que:

[...] as perspectivas comunicativas, atualmente, passam pelo exercício crítico da experimentação tecnológica digital; dada a potência, a intensidade e a abrangência dos processos de comunicação digital. [...] Não obstante, esse eixo aperfeiçoado de realização não estará garantido se não se definem premissas e domínios críticos consistentes e fecundos. O fato é que o aspecto [tecno]comunicativo dos processos comunicacionais contemporâneos abre possibilidades concretas, e vigorosas, de exercícios educomunicativos transformadores.

Tais ponderações merecem um aprofundamento que extrapola os objetivos e o espaço deste texto, principalmente, no que diz respeito às dimensões éticas e políticas da cidadania no contexto brasileiro e, mais especificamente, dos povos originários em toda a sua diversidade. Essa discussão envolve, necessariamente, tratar da cidadania comunicativa, da responsabilidade, da “inclusão de alteridades” (Yamamoto, 2018, p. 208), das escalas de atuação e processos efetivos de emancipação.

## 2. Rede e Boletim Wayuri: “etnocomunicação digital indígena”<sup>21</sup> cidadã

Como visto, a resistência e as lutas indígenas ocorrem também pela comunicação, mais no sentido de agregar as diferenças (étnicas, linguísticas, territoriais, etc.) em torno de pautas comuns do que de disputar a visibilidade em canais não indígenas (o que constitui demanda legítima também). Ao expor as próprias pautas definindo como público prioritário a própria população indígena, os/as comunicadores/as praticam um exercício da cidadania comunicativa em sua dimensão “exercida”, por se tratar da “realização de projetos de comunicação coletiva, alternativa ou comunitária” (Costa Filho, 2021). Essa prática permite a todos/as (incluindo produtores/as e ouvintes) se reconhecerem mutuamente como sujeitos comunicativos co-partícipes de um diálogo (Costa Filho, 2020) que se constrói na dinâmica entre igualdades e diferenças. A isso pode-se chamar etnocomunicação ou etnomídia, como explica Renata Machado Tupinambá (2016), uma das idealizadoras e integrantes da Rádio Yandê:

A etnomídia indígena é adotada como estratégia para trazer reconhecimento, visibilidade aos direitos, respeito, notícias de interesse deste público, resgate cultural e principalmente é uma forma de quebrar antigos estereótipos ou preconceitos ocasionados pela falta de informação especializada nos principais veículos de comunicação. Realizar uma comunicação alternativa e diferente da convencional abre um leque de possibilidades que são limitadas na mídia tradicional. É uma mídia livre de alguns formatos preestabelecidos e condicionados às estruturas fechadas no jornalismo.

<sup>21</sup> Termo adotado de Filipe Augusto Couto Barbosa (2019).

Lozovei (2021, p. 245) destaca as especificidades da comunicação produzida por sujeitos indígenas, não restrita à necessidade de comunicar no sentido de compartilhamento de informações a partir do inespecífico conceito de interesse público que, supostamente, subjaz à prática jornalística. Essa ideia é reforçada por Santi e Araújo (2022, p. 7), ao mencionarem que:

Na busca por novos regimes de visibilidade, a etnomídia indígena conjuga então práticas midiáticas, processos socioculturais e aspirações políticas em uma configuração comunicacional específica – a fim de projetar o indígena para além das sociedades anteriores, posteriores ou exteriores – causando desconforto. Os povos indígenas se apropriam das ferramentas midiáticas para construir e evidenciar sua existência e a existência do seu movimento étnico social, já sintonizados com esse novo formato de sociabilidade instituído pelo campo da mídia.

Não parece haver consenso entre os/as estudiosos/as sobre o início da apropriação dos recursos digitais pelos movimentos indígenas latino-americanos. Tavares (2012, p. 86) situa o ano de 1994 como marco no contexto sul-americano e 2001 no Brasil:

Ao utilizar a internet para informar o mundo sobre os avanços da batalha traçada no México, o movimento zapatista, em 1994, foi um dos primeiros a mostrar a potencialidade da utilização das novas mídias como um instrumento político de luta social pelas comunidades menos favorecidas e minorias étnicas.

[...]

O movimento precursor de Chiapas continua com povos de diversas etnias e localidades. Em pesquisa sobre a presença indígena brasileira no ciberespaço, Eliete Pereira (2007) aponta que os primeiros registros de participação de indígenas do Brasil na internet são de 2001, e que esta participação expandiu e inclui sites, blogues, comunidades virtuais e portais. Os dados analisados apontam para 37 cibermeios no ano de 2007.

Lozovei (2021, p. 246) afirma que, “No Brasil, os meios de comunicação passaram a integrar mais as vivências indígenas desde o final do século XX, apesar de não haver dados sobre a quantidade de rádios, web rádios ou podcasts que são produzidos no país”. Apesar disso, a pesquisadora ressalta que “Houve uma expansão das mídias indígenas, sobretudo devido ao barateamento dos equipamentos usados, concomitante ao surgimento de novas conexões via satélite para as áreas mais distantes”.

Demarchi e Gomes (2022, p. 11) indicam um marco importante do início da expansão da criação e uso das redes de comunicação indígena: a campanha contra uma decisão judicial de despejo que sensibilizou também segmentos não indígenas da sociedade:

Não existe uma data específica de quando os indígenas se tornaram usuários das redes digitais no Brasil, mas alguns estudiosos da área apontam que em 2012 houve uma participação mais massiva dos movimentos indígenas na internet por conta de uma sentença da Justiça que favorecia os fazendeiros da região de Dourados, situada no estado de Mato Grosso do Sul, e determinava a saída de 170 indígenas da etnia Guarani-Kaiowá que estavam situados no acampamento Pyelito Kue/Mbarakay, na Fazenda Cambará, em Iguatemi.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> As lideranças indígenas divulgaram uma carta sobre sua situação, à época, disponível em: <https://www.cptnacional.org>.

Para Souza e Kaseker (2020, p. 305), em estudo sobre midiativismo indígena na plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube*, “[...] os indígenas iniciaram suas postagens em 2008, porém não possuem um número significativo de seguidores, o que pode indicar que ainda são incipientes em termos de divulgação, mas também, [...] se dirigem a um público específico e segmentado.”

Fenômenos e atuações de amplitude caminham ao lado de iniciativas de feição mais regionalizada, como é o caso da RCIRN – *Wayuri*. Além de produtos para circulação entre as comunidades indígenas e nas redes, destaca-se o processo formativo, realizado por meio de alianças e apoios de entidades indígenas e não indígenas (como da Abaré, escola de comunicação itinerante que atua em escolas públicas e áreas periféricas de Manaus, o Instituto Socioambiental, entre outras<sup>23</sup>). Desse modo, na abordagem da dimensão comunicativa, é fundamental entender o contexto e o histórico das lutas políticas na região do Rio Negro, assim como a construção de alianças, o que não detalho aqui, mas sinalizo como relevante<sup>24</sup>.

A RCIRN - *Wayuri* inicia suas atividades em 2017, com apoio do Instituto Socioambiental (ISA), na tentativa de combater notícias falsas veiculadas por ruralistas “[...] contra organizações na Amazônia visando à divisão e desarticulação de movimentos. A Foirn e o ISA passaram a trabalhar unidos para ampliar o alcance da comunicação indígena. Nessa época, o grupo já contava com um boletim impresso a cada três meses e uma rede de radioamadores.” (Pittelkow, 2022). Importante mencionar o rádio porque “No Alto Rio Negro, o mais importante meio de comunicação é o rádio. São aproximadamente 300 estações [...] através das quais os comunicadores indígenas veiculam produtos de comunicação em diversos formatos, de boletins de áudio à leitura de decretos e entrevistas com profissionais de saúde.” (Martins, 2020).

No início do projeto que gerou a Rede *Wayuri*, o ISA promoveu a formação em comunicação para a juventude indígena, a partir da experiência da jornalista Letícia Leite no Programa *Copiô, Parente* (2017 - *podcast* semanal do ISA). Os encontros de formação deram origem ao programa mensal *Papo da Maloca*. A Rede *Wayuri* assume o nome e segue os passos do *Boletim Informativo Wayuri*, que existia já há 20 anos<sup>25</sup> e, em 2013, passou a ser disponibilizado em versão digitalizada,

---

[br/index.php/publicacoes/noticias/geral/1293-carta-da-comunidade-guarani-kaiowa-de-pyelito-kue-mbarakay-iguatemi-ms-para-o-governo-e-justica-do-brasil](http://br/index.php/publicacoes/noticias/geral/1293-carta-da-comunidade-guarani-kaiowa-de-pyelito-kue-mbarakay-iguatemi-ms-para-o-governo-e-justica-do-brasil). Acesso em: 13 maio 2024.

<sup>23</sup> Informações extraídas da matéria de Ana Amélia Hamdan para o *site* do Instituto Socioambiental, publicada em 7 de julho de 2023 sob o título “Rede Wayuri amplifica comunicação indígena com novos integrantes e oficinas de formação”. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/rede-wayuri-amplifica-comunicacao-indigena-com-novos-integrantes-e-oficina> Acesso em: 13 maio 2024.

<sup>24</sup> O *blog* da Foirn disponibiliza uma linha do tempo com os “fatos históricos” mais relevantes “para os povos do Rio Negro” ocorridos entre 1910 e 2018. Produção de Domingos Barreto, da etnia Tukano. Disponível em: <https://foirn.org.br/linha-do-tempo-povos-do-rio-negro/> Acesso em: 12 maio 2024.

<sup>25</sup> “Inicialmente com uma produção rude, os boletins das organizações indígenas buscavam abrir canais de comunicação “de índio para índio”, até mesmo despojando-se dos recursos materiais e intelectuais de seus principais intermediários. [...] Do mesmo modo, o *Wayuri*, editado pela Foirn desde 1988, apresentava, nos primeiros anos de sua existência, um formato bastante rudimentar, circulando em papéis mimeografados, com as manchetes escritas a mão e com ilustrações também feitas a mão.” (Monteiro, 2022, p. 13)

Comunicação, cidadania e línguas indígenas no boletim informativo Wayuri

conforme *site* da Foirn (2023)<sup>26</sup>. Ainda com apoio e parceiros/as, a Rede produz boletins informativos (em meados de agosto de 2023 estava na sua 155ª edição) compartilhados e acessados por aplicativos de mensagens em celulares (*WhatsApp*) ou ouvidos em plataformas *online* de publicação de áudios ou aplicativos (*SoundCloud*<sup>27</sup> e *Spotify*<sup>28</sup>). Transmite conteúdos por rádios-poste<sup>29</sup>, tem perfis em redes sociais digitais<sup>30</sup> e um canal numa plataforma de compartilhamento de vídeos<sup>31</sup>. Carros de som com informações em português e línguas indígenas e cartilhas em línguas indígenas são também utilizados para comunicação pela Rede e foram estratégias de comunicação fundamentais adotadas pelo coletivo durante a pandemia de Covid-19. Essa diversidade de métodos, mídias e linguagens é importante e demonstra a organicidade da comunicação praticada pelos/as comunicadores/as da região:

A pedido das comunidades, os boletins radiofônicos costumam ser difundidos nas línguas locais pela rádio-poste. “Português é a língua que reúne todos, mas o conteúdo se desdobra em diversas línguas”, comenta Juliana [Radler – jornalista do ISA em São Gabriel da Cachoeira e parceira da Wayuri]. “O modo de fazer jornalismo da Rede não é o do Sudeste, é construído junto com o jeito do Rio Negro”, explica. (Pittelkow, 2022)

As gravações do boletim de áudio (*podcast*) semanal são realizadas no estúdio da Rádio FM *O dia* (92,7 FM), de São Gabriel da Cachoeira, e retoma, na forma de resumos (edições com as partes principais), o programa *Papo da Maloca*, que acontece ao vivo, às quartas-feiras, das 10h às 12h, na mesma emissora. Como a frequência da rádio tem alcance apenas dentro do município, o boletim gravado, com os resumos, é divulgado nas diferentes plataformas, para que possa ser ouvido conforme a disponibilidade dos/as ouvintes. A apresentação é de Cláudia Ferraz, do povo Wanano, em português. O boletim tem duração variável, com média de 30 minutos. Como modo de aproximação ao público, que é segmentado, a locutora sempre se refere ao/à ouvinte como “parente”. Muitas vezes, a locutora repete informações fornecidas pelos/as entrevistados/as, incluindo outras que podem ajudar os/as ouvintes no entendimento.

<sup>26</sup> Sobre as primeiras publicações do boletim, Monteiro (2022, p. 16) destaca que: “O boletim da Foirn também abriu espaço para outras manifestações das culturas rionegrinas, publicando mitos, lendas e mesmo piadas — a maioria de conteúdo étnico — para a diversão de seus leitores. Essas matérias também possuíam uma motivação didática, sempre buscando articular a problemática histórico-cultural à práxis política, em que elementos míticos ou fictícios servem como metáforas para o movimento indígena.”

<sup>27</sup> <https://soundcloud.com/wayuri-audio>

<sup>28</sup> <https://open.spotify.com/show/4uOdGefml3DNMXfKI1oeRB>

<sup>29</sup> Rádio-poste ou rádio de poste caracteriza-se como “sistema de comunicação que usa cabos de som ligados a cornetas ou caixas acústicas instalados nos postes de iluminação de uma determinada rua. A transmissão é feita nas zonas centrais comerciais das pequenas e grandes cidades, tendo como característica principal a transmissão de publicidade e música.” (Conde; Barbosa; Silva, 2011, p. 160).

<sup>30</sup> [https://www.instagram.com/rede.wayuri/?utm\\_source=ig\\_embed&ig\\_rid=5cb8324a-8e6a-41b7-8116-a84a0ba3784f&ig\\_mid=A86CCAD3-303A-4260-8A25-2FC1CD8FCF65](https://www.instagram.com/rede.wayuri/?utm_source=ig_embed&ig_rid=5cb8324a-8e6a-41b7-8116-a84a0ba3784f&ig_mid=A86CCAD3-303A-4260-8A25-2FC1CD8FCF65).

<sup>31</sup> <https://www.youtube.com/@redewayuri405>

Nesta reflexão, apresento características gerais do boletim, cuja escuta sistemática e decupagem têm sido desenvolvidas no escopo do projeto de pesquisa referido na nota 18. Observa-se diversidade de pautas no *Boletim Wayuri*, que abrangem, a partir da linguagem jornalística informativa noticiosa: divulgação de editais, eventos, oportunidades de formação, feiras, oficinas, mobilizações, saúde indígena, direitos, política, cultura, meio ambiente, gestão territorial, economia, turismo de base comunitária, conscientização, importância da comunicação, artesanato, agricultura familiar, arte, cinema, atos, manifestações, parcerias, etc. Sempre são destacados os nomes das comunidades, dos povos e das pessoas responsáveis ou envolvidas nas atividades divulgadas, assim como de localidades e referências geográficas e/ou hidrográficas que ajudam o/a ouvinte a se melhor se situar. O eixo central reside nas pautas coletivas, com enfoques regionais (território do Rio Negro) e locais (municípios, comunidades). Também há pautas voltadas para elucidações sobre ameaças externas, como o marco temporal, e outras ofensivas contra as populações indígenas, como a difusão de *fake news* ou difamação de lideranças e entidades. Alguns boletins se dedicam exclusivamente à entrevista em estúdio com um/a ou mais convidados/as. Divergências internas ao próprio movimento indígena não deixam de ser tratadas com viés explicativo e, em alguns casos, argumentativo, tanto por parte dos/as convidados/as quanto da locutora. Nota-se acento na participação de jovens, primando-se pela diversidade de povos e equidade de gênero.

Quanto à presença de línguas indígenas no boletim, observa-se que participantes, principalmente nas pautas sobre formações, fazem relatos em suas línguas, com posterior tradução para o português. Além de ser político, esse movimento demonstra que o Brasil é um país plurilíngue, reforça a existência, a resistência e a diversidade de línguas indígenas no território do Rio Negro e ainda envolve um traço estético relevante. Em algumas edições entrevistados/as falam na língua de seu povo, sem tradução para português ou Nheengatu. Mesmo que as línguas indígenas faladas não sejam do conhecimento de todos/as os/as ouvintes, sua presença permite tanto reconhecer os povos em sua singularidade linguística, reforçando a identidade na diversidade, quanto compreender as línguas como elementos dinâmicos das identidades indígenas da Amazônia. Ao se expressarem nas línguas de seus povos, alternam com palavras em português, numa mudança de código que se presume decorrer da inexistência de termos coincidentes, de os/as falantes não conhecerem correspondentes ou de serem neologismos do português. Desse modo, entendemos que a presença das línguas indígenas nos boletins da Rede *Wayuri* não apenas favorece a comunicação e a teia de identidades do território do Rio Negro, mas configura a co-participação almejada quando se pensa em cidadania comunicativa, reforçando a importância da etnocomunicação indígena<sup>32</sup>.

Nesse sentido, outro aspecto estético identificado nos boletins, diretamente associado à identidade da produção, é o uso de elementos da linguagem radiofônica como a composição da vinheta (parte da

<sup>32</sup> A autora informa que, embora reconheça como fundamental para o aprofundamento da reflexão aqui apresentada, não tem conhecimento das línguas indígenas da região, de modo a identificá-las e diferenciá-las. Isso certamente permitiria melhor refletir se, nos boletins, a diversidade linguística dos povos do Rio Negro se manifesta ou se há privilégio ou seleção de alguma(s) língua(s) indígena(s) em detrimento das outras.

identidade sonora do programa) por elemento musical indígena e o recurso ao BG (som de fundo), que permanece ao longo do programa, constituído por uma musicalidade de sonoridade indígena.

## Considerações finais

Do percurso aqui traçado sobre a RCIRN *Wayuri*, entende-se que a etnocomunicação tem sido praticada pelas comunidades indígenas brasileiras na perspectiva da comunicação alternativa, atenta tanto às dinamicidades possibilitadas pelos ambientes digitais quanto à interação dialógica, que pressupõe escuta, horizontalidade nas relações e tentativa de rompimento com as assimetrias típicas da comunicação massiva.

Importa assinalar que a etnocomunicação pode ser entendida também num sentido mais ampliado, extrapolando o caráter informativo, noticioso, do *Boletim Wayuri*, que cumpre muito bem seu papel, como tentamos apresentar. A “ambiência etnomidiática indígena” expande-se por outros formatos digitais não jornalísticos pela atuação de *youtubers*, *influencers*, *rappers*, artistas, *performers*, escritores/as, numa arquitetura rizomática, no sentido do que se enraíza e ao mesmo tempo se ramifica. Unidade e diversidade, ancestralidade e contemporaneidade, diferenças étnicas, linguísticas, culturais unem-se, não sem tensões, no midiativismo da chamada etnomídia indígena na luta pela cidadania por meio da comunicação.

No que diz respeito às línguas indígenas o desafio se amplifica, pois há consciência da urgência de protegê-las em suas especificidades e evidenciar, pela predominância da língua do colonizador, as violências diversas, incluindo o linguicídio. Além disso, para favorecer as frentes de lutas, a diversidade das línguas indígenas precisa ser visibilizada em relação de horizontalidade, sem privilégios ou destaques de umas em relação às outras, com acolhimento dos/as comunicadores/as a públicos de povos com histórias e dinâmicas linguísticas diferenciadas. De qualquer modo, parece haver o entendimento, por parte da Rede *Wayuri*, de que divulgar uma língua indígena num contexto de tanta adversidade é manter a cultura, a identidade, a cosmovisão, os conhecimentos tradicionais vivos. Embora sejam consideradas patrimônio imaterial da sociedade brasileira, as línguas indígenas estão sempre sob constante ameaça, vítimas de discriminação e extermínio.

No caso específico da RCIRN *Wayuri*, não se trata apenas de elaborar e difundir um produto jornalístico para transmissão de informações úteis, de formar um pequeno grupo de jovens interessados/as em se tornarem comunicadores/as. Por conservar fortemente o traço comunitário no tipo de comunicação que produz, não prescinde da dialogicidade, da proximidade com o público, do atendimento a seus anseios, com o acolhimento de pautas que geram dúvidas ou que são consideradas urgentes e necessárias por lideranças (da FOIRN e outras), parceiros/as ou pelos/as próprios/as comunicadores/as. Seu envolvimento integral com as comunidades indígenas das quais partem e com as quais dialogam permite entender sua prática política e comunicacional como comunitária, além de alternativa, tanto em suas estratégias *online* quanto *off-line*. Essas diferenças carecem de estudos mais detalhados.



Mesmo havendo um produto, com organização e rotina produtiva intensa e desafiadora num cenário de enfrentamentos múltiplos, a RCIRN *Wayuri* logra manter a participação (pela diversidade de pautas, de entrevistados/as, manifestação mediada de ouvintes) e a diversidade na representação, numa construção coletiva que assegura constância na observação do que é principal na luta, tanto em relação a aspectos conjunturais (saúde indígena na pandemia, por exemplo) quanto estruturais (demarcação de terras, extermínios). Como o boletim é um dos produtos da Rede, há necessidade ainda de estudos sobre as táticas de comunicação utilizadas, associações e alianças, articulação entre produtos (considerando as linguagens acionadas), relação entre as diversas línguas indígenas e com o português, análises mais aprofundadas e transversalizadas da “ambiência etnomidiática indígena brasileira”, entre outras frentes.

Embora não tenha sido tratada nos limites deste texto, entende-se que a mídia sonora, potencializada pelas inovações tecnológicas, ainda se firma como linguagem fundamental na comunicação indígena no Rio Negro. Estudos mais aprofundados da etnocomunicação em sua dimensão cidadã com foco nas especificidades da mídia sonora podem contribuir tanto para o campo científico quanto nas lutas das comunidades indígenas, sobretudo se o olhar se concentrar na expansão da potência dessa linguagem com vistas à produção de experimentações ainda mais criativas em relação às convenções jornalísticas. Pela consonância entre traços próprios das línguas, identidades e modos de vida indígenas, acreditamos na possibilidade dos diferentes povos alcançarem uma comunicação-tradução autônoma e emancipatória.

## Referências

ARAÚJO, Bryan Chrystian da Costa; MALDONADO, Alberto Efendy G. Indianidade genérica e cidadania comunicativa: a identidade indígena na etnocomunicação roraimense. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara, UNESP, v. 16, n. 1, 2023, pp. 46-59. Disponível em: <https://periodicos.flcar.unesp.br/casa/article/view/17741>. Acesso em: 11 maio 2024.

BARBOSA, Filipe Augusto Couto. Descolonização do imaginário e (re-)existência indígena no ciberespaço: conceitos e práticas de etnocomunicação e ciberativismo entre os Tupinambá. *ANAIS 19º Congresso Brasileiro de Sociologia*, Florianópolis, UFSC, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333968887>. Acesso em: 12 maio 2024.

BOMFIM, Anari Braz. Patxohã, língua de guerreiro: um estudo sobre o processo de retomada da língua. Dissertação defendida no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23957>. Acesso em: 14 maio 2024.

BONIN, Jiani. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, PUC-RS n. 37, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4809>. Acesso em: 10 maio 2024.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Comunicação, cidadania e línguas indígenas no boletim informativo Wayuri

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CONDE, Evelyn Iris Leite Morales; BARBOSA, Elaine dos Santos; SILVA, Nilton César da. Inserção do rádio de poste em Rondônia: breve histórico cronológico. *Revista Rádio-Leituras*, Ouro Preto, UFOP, ano 2, n. 1, jan.-jul. 2011. Disponível em: <https://radioleituras.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/08/morales.pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. O reconhecimento do receptor-usuário na cidadania comunicativa. *Revista Intexto*. Porto Alegre, UFRGS, n. 52, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/102969>. Acesso em: 14 maio 2024.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. A participação social da cidadania comunicativa. *ANAIS... 43º INTERCOM. Virtual*, 2020. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1347-1.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. Línguas e Línguas: mais especificidade do Nordeste indígena. *Pontos de Interrogação - Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/1681/1114>. Acesso em: 14 maio 2024.

DEMARCHI, André Luis Campanha; GOMES, Débora dos Santos. Etnomídia: contra-narrativas indígenas nas redes digitais. *Revista Extraprensa – Cultura e Comunicação na América Latina*, São Paulo, USP, vol. 16, n. 1, jul.-dez./2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/198385/194510>. Acesso em: 14 maio 2024.

DORNELLES, Beatriz. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. *E-compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 9, agosto de 2007. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/176>. Acesso em: 11 maio 2024.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. *Revista Letras*, UFSM, n. 27, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897>. Acesso em: 12 maio 2024.

GUSHIKEN, Yuji. Dialogismo: emergência do pensamento latino-americano em comunicação. *Revista Comunicação, Mídia, Consumo*, São Paulo, vol. 3, n. 8, nov. 2006, pp. 73-91. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/81>. Acesso em: 10 maio 2024.

HONNETH, Alex. *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

KASEKER; Mônica Panis; GALASSI, Adriana Nakamura; RIBEIRO, Lucas Fernando. Autorrepresentação indígena como política de identidades em luta. *Mídia e Cotidiano/Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (UFF)*, v. 16, n. 2, maio-agosto/2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/53387>. Acesso em: 13 maio 2024.

KASEKER, Mônica Panis; RIBEIRO, Lucas Fernando. A experiência da WebRádio Yandê como etnomídia em um contexto de convergência midiática. *ANAIS 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Joinville, 2018. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1554-1.pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

KAYAPÓ, Aline Ngrehtabare Kaxiriana Lopes; KAYAPÓ, Edson Bepkro; PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. O acesso dos povos indígenas ao ensino superior. *Le Monde Diplomatique Brasil* [online], julho de 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-acesso-dos-povos-indigenas-ao-ensino-superior/>. Acesso em: 11 maio 2024.

LEÃO, João Batista Inácio; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. Instituto do Indigenato e o Artigo 231 da Constituição Federal: considerações sobre o marco temporal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 1017365 (Repercussão Geral, Tema 1031) no Supremo Tribunal Federal. *Revista Acadêmica – Faculdade de Direito do Recife*, vol. 94, n. 2, Ano CXXXI, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/254886>. Acesso em: 12 maio 2024.

LLEDÓ, María Júlia. Comunicadores indígenas criam e ocupam canais de notícias. *SESC-SP*, 31/7/2023. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/midias-indigenas-diferentes-etnias-criam-e-ocupam-espacos-nos-meios-de-comunicacao/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

LIMA, Venício A. Da cultura do silêncio ao direito à comunicação. *Observatório da Imprensa*, Edição 669, 22 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos-da-cultura-do-silencio-ao-direito-a-comunicacao/>. Acesso em: 12 maio 2024.

LIMA, Venício A. de. Comunicação libertadora no século XXI. *Revista Matrizes*. USP. São Paulo/SP, v. 15, n. 3, mai.-ago./2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/188346>. Acesso em: 14 maio 2024.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; MATTOS, Karine Rodrigues. O Direito fundamentos dos indígenas à terra: do Brasil Colônia ao Estado Democrático de Direito. *Revista de Informação Legislativa*, v. 43, n. 170, pp. 221-234, Brasília: Senado Federal, abr.-jun./2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/92744>. Acesso em: 13 maio 2024.

LOZOVEI, Jéssica Cristina. Estudo da Rede de Comunicadores Wayuri – espacialização e territorialidades construídas a partir da comunicação popular. *Revista ContraCorrente – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 17, dez. 2021, pp. 241-260. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2249>. Acesso em: 11 maio 2024.

MALDONADO, Alberto Efendy. Cidadania comunicativa e transmetodologia: a investigação crítica necessária em conjunturas autoritárias. *Comunicação & Educação*, vol. 27, n.1, 2022, pp. 5-14. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v27i1p5-14>. Acesso em: 12 maio 2024.

MALDONADO, Alberto Efendy; TUPINAMBÁ HÃ HÃ HÃE, Anápuaka Muniz; CARNEIRO, Raquel Gomes. “Você ouve a rádio Yandê, a rádio de todos nós”. *ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, [S.l.], n. 17, pp. 8-30, dez. 2021. ISSN 2525-4529. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2535>. Acesso em: 12 maio 2024.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Victória. Do rádio à internet, indígenas e ribeirinhos usam a comunicação para enfrentar a Covid-19. *Instituto SocioAmbiental*, 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/do-radio-a-internet-indigenas-e-ribeirinhos-usam-a-comunicacao-para-enfrentar-covid-19>. Acesso em: 12 maio 2024.

Comunicação, cidadania e línguas indígenas no boletim informativo Wayuri

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *Revista Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v. 2, n. 25, dez./2011, pp. 221-233. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/16547>. Acesso em: 14 maio 2024.

MONTEIRO, John Manuel. Raízes históricas das organizações indígenas no Brasil: estratégias políticas e culturais das novas lideranças nativas. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, Campinas, Unicamp, v. 5, 2022. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/maloca/article/view/15787/10956>. Acesso em: 11 maio 2024.

PERUZZO, Cicilia. Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (org.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. pp. 43-61. Disponível em: <https://interfacesdomidiativismo.files.wordpress.com/2018/06/artigo-2.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

PITTELKOW, Nanci. Comunicadores indígenas combatem *fake news* no Rio Negro. *De olho nos ruralistas – Observatório do agronegócio no Brasil*. 26/4/2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/04/26/comunicadores-indigenas-combatem-fake-news-no-rio-negro/>. Acesso em: 11 maio 2024.

QUINTERO, Dina Tatiana. Comunicação Comunitária Indígena: o caso do Ororubá Filmes no povo Xukuru do Ororubá. *ANAIS... 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, virtual, 4-9/10/2021. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-cc/dina-tatiana-quintero-quintero.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

RAMALHO, Raul; MAIA, Kênia; GRADIM, Anabela. Midiativismo e mídia alternativa: congruências e particularidades no contexto das tecnologias de informação e comunicação. *E-compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, col. 24, jan.-dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2345>. Acesso em: 10 maio 2024.

RANCIÈRE, Jacques. *Estética e Política*. A partilha do sensível. Tradução: Vanessa Brito. Entrevista e Glossário por Gabriel Rockhill. Porto: Dafne Editora, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Trad. Mônica Costa Netto. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. (Coleção ArteFíssil).

RUBIM, Altaci Corrêa; BOMFIM, Anari Braz; MEIRELLES, Sâmela Ramos da Silva. Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. *Working Papers em Linguística*. Florianópolis, UFSC, v. 23, n. 2, 2022, pp. 154-177. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/84209>. Acesso em: 13 maio 2024.

SANTI, Vilso Junior; ARAÚJO, Bryan Chrystian. Representações do Movimento dos Povos Indígenas na etnomídia roraimense. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 45, 2022. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/4125>. Acesso em: 11 maio 2024.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, set.-dez./2008, pp. 505-517. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6wD3fTrnTjTpZDJQdGvrRzH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2024.

SILVA, Gessiela Nascimento da; ALENCAR, Quezia da Silva; SOUSA, Isabel Maria Lima de; ROCHA, Ariel Santos da. Da aldeia para o mundo: a narrativa indígena no podcast Papo de Parente. *Revista Temática*, João Pessoa, UFPB, v. 18, n. 12, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/64750>. Acesso em: 14 maio 2024.

SILVA, Marco Aurélio Souza da. Cidadania: uma incursão teórico-conceitual pelas suas dimensões. *A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional*. Belo Horizonte, ano 15, n. 59, jan.-mar/2015. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/68>. Acesso em: 13 maio 2024.

SILVA, Vera Lúcia da. *Sentidos e usos do tempo em narrativas Pataxó de Comexatibá: entre imagens-vestígios e imagens-sinais, a “luta de índio”*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia, 2021. Disponível em: [https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt\\_BR&id=225](https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=225). Acesso em: 12 maio 2024.

SOUZA, Vinicius Guedes Pereira de; COSTA, Raylson Chaves. Etnomídia Indígena como narrativa das resistências. *Revista Extraprensa – Cultura e Comunicação na América Latina*, São Paulo, CELACC, USP, v. 14, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/185427>. Acesso em: 12 maio 2024.

SOUZA, Rose Mara Vidal de; KASEKER, Mônica Panis. Youtubers indígenas no Brasil: abordagens políticas e comunicativas. *Revista ALTERJOR*, São Paulo, USP, Ano 10, v. 2, 22. ed., jul.-dez./2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/170506>. Acesso em: 10 maio 2024.

TAVARES, Joana Brandão. Ciber-informações indígenas no Brasil: um mapeamento e análise da comunicação de povos indígenas na internet a partir das potencialidades das novas mídias e do aporte da comunicação comunitária. *Revista Vozes & Diálogo*, Itajaí, Univali, v. 11, n. 1, jan.-jun./2012. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/3316>. Acesso em: 13 maio 2024.

TAVARES, Pedro. Microfone Amazônico. *Revista Piauí*, São Paulo, 12 de maio de 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/microfone-amazonico/>. Acesso em: 14 maio 2024.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. *Jornal Brasil de Fato*, 11 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>. Acesso em: 10 maio 2024.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. Pensar a cidadania a partir da comunicação. *Revista Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 41, jan.-abr./2018, pp. 196-212. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/65782>. Acesso em: 11 maio 2024.

ZENHA, Leonardo; GRANDO, Beleni Saléte; SILVA, Cristiane Ribeiro Barbosa da. Pesquisa-Formação em Etnocomunicação no contexto contemporâneo: saberes e fazeres indígenas na relação Comunicação/Educação. *Revista FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, UNEB, v. 31, n. 67, jul.-set./2022, pp. 37-54. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/article/view/14417>. Acesso em: 14 maio 2024.